



GT 001. A antropologia da morte: perspectivas etnográficas em diálogo.

Hippolyte Brice Sogbossi (Departamento de Ciências Sociais/Universidade Federal de Sergip) - Coordenador/a, Thiago Zanotti Carminati (Universidade Regional do Cariri) - Coordenador/a

A importância dos estudos sobre a morte é inegável. Nem sempre teve a atenção adequada esse fato universal. Aos poucos, surgem estudos especializados em vários domínios do conhecimento. A morte é um fenômeno físico, social e cultural e desperta muita curiosidade. Um acontecimento, experienciado, vivido de múltiplas formas que implicam os vivos na situação de observadores da morte do outro. Mas há também a não-morte: a carne morre, mas a pessoa vive. A atual proposta, considerando a diversidade de enfoques sobre o fato, objetiva acolher e discutir trabalhos transdisciplinares, sendo que o diálogo com a antropologia é fundamental. Estudos comparativos também são bem vindos, e os enfoques deverão questionar e contextualizar as teorias hegemônicas ocidentais sobre a morte. Preferência ser dada a etnografias que versem sobre a temática, em situações como o suicídio, a morte por desaparecimento, o falecimento como resultado de doenças, a morte misteriosa, o infanticídio, o assassinato, o feticídio e os rituais religiosos ligados; enfim, morte como ligada a contextos políticos, sociais, biológicos e culturais.

Corações artificiais como pedagogia para a morte

Autoria: Marisol Marini

Diante do alto índice de mortes associadas à insuficiência cardíaca, os corações artificiais são pensados e projetados como alternativas ou soluções auxiliares ao transplante de órgãos, dada a alta demanda e a indisponibilidade de órgãos suficientes para todos os pacientes candidatos ao transplante que se tornam refratários aos tratamentos medicamentosos. Além de produzirem novos corpos e corporalidades, os corações artificiais trazem novos dilemas e recursos para a gestão da vida, podendo operar como uma pedagogia ou preparação para a morte, como procurarei argumentar, ao suspendê-la ou prorrogá-la, porém mantendo-a próxima (ao menos na maneira experimental como os dispositivos têm sido empregados até agora). Desde os primeiros dispositivos de assistência circulatória utilizados na década de 1950, que permitiram manter pacientes vivos com formas artificiais de circulação sanguínea, tais tecnologias têm transformado as concepções de morte. A possibilidade de substituir as funções cardiorrespiratórias está relacionada à redefinição legal da morte – considerada como a morte clínica cerebral – o que autoriza a retirada do coração e de outros órgãos para que sejam transplantados. A ideia de pedagogia ou preparação para a morte surgiu da observação dos modos como Nona, um dos interlocutores da pesquisa, relacionava-se com a vida após receber o dispositivo artificial. Além de valorizar a extensão da vida proporcionada pelo coração artificial, ele parecia aproveitar os dias recebidos para resolver as pendências, preparar a casa e as condições para sua família viver em sua ausência. O prolongamento da vida possibilitado pelas novas relações com a tecnologia cardíaca o permitia preparar-se para partir. Do ponto de vista dos profissionais da saúde, que lidam com a frustração de perder pacientes de forma inesperada, incontrolável – já que a morte é tomada como um fracasso no discurso hegemônico da biomedicina – os dispositivos permitem um maior controle e previsão da ocorrência da morte (embora ainda existam muitos imponderáveis). Tudo se passa, portanto, como se possibilitar aos pacientes e seus familiares a oportunidade de despedirem-se e de preparar os profissionais da saúde para a iminência inevitável da morte fosse suficiente para defender a legitimidade dos corações artificiais (ao menos como uma tecnologia ainda experimental e instável) – sem considerar, é



claro, os custos insustentáveis a um sistema de saúde a quem cabe a escolha de quem poderá ser “salvo” ou quem estará destinado a morrer. Nesse sentido, é como se não importasse quanto tempo os pacientes ganharão de vida, desde que tenham a oportunidade de despedirem-se de seus familiares e possam desfrutar de uma qualidade de vida melhor.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

